

BALANÇO

CÓDIGO DE CONTAS			2000		1999
CE (1)	POC		ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES ACUMULADAS	ATIVO LIQUÍDO
ATIVO					
I IMOBILIZADO					
Imobilizações incorpóreas					
1	431	Despesas de instalação	13.493.540 \$	13.493.540 \$	
1	432	Despesas de investigação e desenvolvimento	12.425.000 \$	12.425.000 \$	
2	433	Propriedade intelectual e outros direitos	6.155.350 \$	4.103.566 \$	2.051.784 \$
3	434	Intangíveis	2.750.000 \$		2.750.000 \$
		Subtotal	34.823.890 \$	30.022.046 \$	4.801.784 \$
II Imobilizações corpóreas					
1	421	Terrenos e recursos naturais	22.460.100 \$		22.460.100 \$
1	422	Edifícios e outras construções	382.633.753 \$	213.307.981 \$	169.325.772 \$
2	423	Equipamento básico	1.773.730.586 \$	1.632.199.864 \$	141.530.722 \$
2	424	Equipamento de transporte	94.657.522 \$	77.544.060 \$	17.113.462 \$
3	425	Ferramentas e utensílios	24.356.808 \$	17.250.910 \$	7.105.898 \$
3	426	Equipamento administrativo	116.261.465 \$	78.459.582 \$	37.801.883 \$
3	427	Veículos e viaturas	1.094.000 \$	770.800 \$	323.200 \$
3	428	Outras imobilizações corpóreas	33.690.399 \$	13.306.716 \$	20.383.683 \$
4	441/6	Imobilizações em curso			56.161.436 \$
		Subtotal	2.648.284.133 \$	2.037.839.913 \$	610.444.220 \$
III Investimentos financeiros					
1	4111	Partes de capital em empresas do grupo	41.135.716 \$	35.000 \$	41.100.716 \$
3	4112	Partes de capital em empresas associadas	14.451.359 \$	14.451.359 \$	
3	4113-414-415	Títulos e outras aplicações financeiras	1.727.649 \$		1.727.649 \$
		Subtotal	57.314.724 \$	14.546.359 \$	42.768.365 \$
D CIRCULANTE					
I Existências					
1	36	Matérias-primas, subprodutos e de consumo	165.679.146 \$		165.679.146 \$
2	35	Produtos e trabalhos em curso	90.352.916 \$		90.352.916 \$
3	33	Produtos acabados e intangíveis	9.064.408 \$		9.064.408 \$
3	32	Merchandises	5.327.016 \$		5.327.016 \$
		Subtotal	270.414.486 \$		270.414.486 \$
II Dívidas de terceiros - curto prazo (b)					
1	211	Clientes etc	383.099.876 \$		383.099.876 \$
1	212	Clientes financeiros	842.000 \$		842.000 \$
1	218	Clientes cobrança duvidosa	17.569.001 \$	61.065.570 \$	46.493.431 \$
3	253+254	Empresas do grupo	1.820.140 \$		1.820.140 \$
4	24	Estado e outros entes públicos	1.211.012 \$		1.074.564 \$
4	262+6+7+8+221	Outros devedores	1.206.275 \$		1.716.859 \$
		Subtotal	405.748.313 \$	61.065.570 \$	344.682.743 \$
III Títulos negociáveis					
3	1513+1523+1539	Outros títulos negociáveis	166.095.254 \$		166.095.254 \$
		Subtotal	166.095.254 \$		166.095.254 \$
IV Depósitos bancários e caixa					
	12+13+14	Depósitos bancários	45.492.680 \$		45.492.680 \$
	11	Caixa	510.442 \$		510.442 \$
		Subtotal	46.003.122 \$		46.003.122 \$
E ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
	271	Acrescimos de provisões	1.617.106 \$		1.617.106 \$
	272	Custos diferidos	1.617.106 \$		1.617.106 \$
		Total de amortizações	2.067.002.119 \$		
		Total de provisões	75.611.929 \$		
		Total do Ativo	3.493.330.129 \$	2.143.474.046 \$	1.349.856.083 \$

BALANÇO continuação

2300
3. 2

CÓDIGO DE CONTAS			EXERCÍCIOS		
CE (1)	POC		2000	1999	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO					
I	51	Capital	500.000.000 \$	500.000.000 \$	
	52	Ações próprias			
	521	Valor nominal	(12.101.300) \$	(12.101.300) \$	
	522	Prêmios e descontos	2.362.088 \$	2.362.088 \$	
III	55	Ajustamento de partes de capital em *Ações e assoc.	40.568.598 \$	40.568.598 \$	
	56	Reservas de reavaliação	170.125.646 \$	170.125.646 \$	
IV	57	Reservas:			
1/2	571	Reservas legais	47.505.454 \$	47.505.454 \$	
4	574	Reservas livres	274.530.805 \$	274.530.805 \$	
4	579	Reservas especiais	26.882.040 \$	26.882.040 \$	
V	59	Resultados Transferidos	(359.780.242) \$	(307.140.762) \$	
		Subtotal	690.094.390 \$	742.733.870 \$	
VI	88	Resultado líquido do exercício	129.392.149 \$	152.639.480 \$	
		Total do capital próprio	819.486.539 \$	895.373.350 \$	
PASSIVO					
Provisões para riscos e encargos					
3	203/8	Outras provisões para riscos e encargos	20.626.654 \$	20.626.654 \$	
			20.626.654 \$	20.626.654 \$	
DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo					
2	231+1/2	Dívidas a instituições de crédito			
8	238	Outros empréstimos obtidos			
DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo					
1	231+1/2	Dívidas a instituições de crédito	45.493.796 \$		
4	221	Fornecedores, etc	334.267.330 \$	274.196.322 \$	
8	251+255	Outros acionistas (sócios)	20.661.996 \$	14.661.396 \$	
8	238	Outros empréstimos obtidos		44.074.800 \$	
8	2611	Fornecedores de imobilizado, etc	2.520.980 \$	907.569 \$	
8	24	Estado e outros entes públicos	42.248.922 \$	50.404.425 \$	
8	262+263+264	Outros credores	46.873.004 \$	31.675.170 \$	
			562.056.028 \$	415.923.285 \$	
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
	273	Acréscimos de custos	61.974.830 \$	59.500.000 \$	
	274	Provisões diferidas	54.496.328 \$	59.705.810 \$	
			116.471.158 \$	119.205.810 \$	
Total do passivo			689.153.840 \$	536.755.739 \$	
Total do capital próprio e do passivo			1.508.639.679 \$	1.432.129.089 \$	

12.936

522/6707

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CÓDIGO DE CONTA			EXERCÍCIO			
CE (1)	PDC		2000		1999	
A			CUSTOS E PERDAS			
2. a)	61	Custo das mercadorias vendidas e das máquinas consumidas				
		Mercadorias	46.861.821 \$		27.665.757 \$	
		Matérias	737.720.764 \$	784.567.585 \$	735.219.414 \$	732.885.171 \$
2. b)	62	Fornecimentos e serviços externos		211.124.639 \$		203.955.215 \$
3		Custos com o pessoal:				
3. a)	64 - 642	Remunerações	355.929.100 \$		352.764.917 \$	
3. b)		Encargos Sociais				
	643 - 644	Pensões				
	645 - 649	Outros	95.387.390 \$	451.316.190 \$	100.146.081 \$	481.830.895 \$
4. a)	66	Amortizações do imobilizado tangível e incorpóreo	103.326.071 \$		172.782.402 \$	
4. b)	67	Provisões		103.326.071 \$	1.141.011 \$	123.820.412 \$
5	63	Interesses	1.674.486 \$		1.606.378 \$	
5	65	Outros custos e perdas operacionais	865.824 \$	2.340.110 \$	858.491 \$	2.468.470 \$
		(A)		1.552.889.596 \$		1.575.159.267 \$
6	682	Perdas em empresas do grupo e associadas				
6	683 - 684	Amort. e provisões de aplicações e investimentos financeiros				
7	121	Juros e custos similares:				
		Relativos a empresas do grupo				
		Outros	21.017.358 \$	21.017.958 \$	5.040.817 \$	5.040.817 \$
		(B)		1.573.907.554 \$		1.530.200.084 \$
10	69	Custos e perdas extraordinários		58.540.326 \$		39.029.514 \$
		(E)		1.632.447.880 \$		1.569.229.598 \$
8+1	68	Imposto sobre o rendimento do exercício				
		(G)		1.032.447.570 \$		1.568.729.688 \$
13	68	Resultado líquido do exercício		(29.392.149) \$		(52.635.480) \$
				1.603.055.730 \$		1.516.594.118 \$
B			PROVEITOS E GANHOS			
1	71	Vendas:				
		Mercadorias	66.696.115 \$		35.230.124 \$	
		Produtos	1.359.829.498 \$		1.415.135.785 \$	
1	72	Prestações de serviços	193.400 \$	1.426.719.011 \$	1.712.845 \$	1.452.087.734 \$
2	(3)	Variação da produção	92.069.195 \$		(1.532.429) \$	
3*	75	Trabalhos para a própria empresa				
4	73	Prêmios suplementares	3.610.300 \$		4.944.000 \$	
4	74	Subsídios à exploração				
4	76	Outros proveitos e ganhos operacionais		95.679.495 \$		3.011.571 \$
		(B)		1.522.398.506 \$		1.455.999.305 \$
5	782	Ganhos em empresas do grupo e associadas				
5	784	Rendimentos da participação de capital				
6	(4)	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras apl. financeiras	26.260.675 \$		908.029 \$	
		Relativos a empresas do grupo				
		Outros				
7	(5)	Outros juros e proveitos similares:				
		Relativos a empresas do grupo				
		Outros	24.452.374 \$	50.722.049 \$	50.722.049 \$	41.131.267 \$
		(C)		1.573.120.655 \$		1.496.930.572 \$
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários		29.935.175 \$		20.053.846 \$
		(F)		1.603.055.730 \$		1.516.594.118 \$
Resumo						
		Resultados operacionais:	(B) - (A) =	(30.491.689) \$		169.755.902 \$
		Resultados financeiros:	(D) - (B) - (C) - (A) =	29.701.091 \$		36.036.450 \$
		Resultados correntes:	(D) - (C) =	(768.598) \$		133.662.512 \$
		Resultados Antes de impostos:	(F) - (E) =	(29.392.149) \$		(52.635.480) \$
		Resultados do exercício:	(F) - (G) =	(29.392.149) \$		(52.635.480) \$

(1) N = valores do presente exercício, N-1 = valores do exercício anterior

(2) Em conformidade com o art. 24º da 4ª Diretiva da CE

(3) 681 + 685 + 636 + 687 + 688

(4) Diferença algébrica entre as alterações finais e iniciais de «Produtos acabados e intermédios» (633), «Subprodutos, desperdícios, resíduos e rejeitos» (234) e «Produtos e trabalhos em curso» (1035) tomando ainda em consideração o movimento registado em «Regulalizações de existências» (1034)

(5) 7812 + 7815 + 7816 + 783

(6) 7811 + 7813 + 7814 + 785 + 786 + 787 + 788

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

C3 - 1/4
C3.3.

	EXERCÍCIO 2000		EXERCÍCIO 1999	
Vendas e prestações de serviços	1.426.719,011 \$	7.116.444,42 €	1.450.262,501 \$	7.203.878,88 €
Custo das vendas e das prestações de serviços	(784.582,581) \$	(3.913.481,43) €	(745.819,877) \$	(3.720.133,61) €
Resultados brutos	642.136,429 \$	3.202.962,99 €	704.442,624 \$	3.513.745,27 €
Outros proventos e ganhos operacionais	35.679,495 \$	477.247,31 €	17.747,374 \$	88.521,53 €
Custos de distribuição	(231.516,034) \$	(1.154.797,11) €	(198.084,249) \$	(988.040,07) €
Custos administrativos	(174.872,580) \$	(872.260,75) €	(172.507,885) \$	(860.435,78) €
Outros custos e perdas operacionais	(390.523,547) \$	(1.947.923,24) €	(440.452,232) \$	(2.196.966,47) €
Resultados operacionais	(59.596,240) \$	(294.770,80) €	(88.848,319) \$	(443.173,55) €
Custo líquido do financiamento		€	(1.062,701) \$	(5.300,73) €
Ganhos (perdas) em títulos e associações		€		- €
Ganhos (perdas) em outros investimentos	29.704,091 \$	148.163,38 €	37.271,540 \$	185.909,86 €
Resultados correntes	(29.392,149) \$	(146.607,42) €	(52.639,480) \$	(262.564,02) €
Imposto sobre os resultados correntes		- €		- €
Resultados correntes após impostos	(29.392,149) \$	(146.607,42) €	(52.639,480) \$	(262.564,02) €
Resultados extraordinários		- €		- €
Imposto sobre os resultados extraordinários		- €		- €
Resultados líquidos	(29.392,149) \$	(146.607,42) €	(52.639,480) \$	(262.564,02) €
Resultados por ação	(59) \$	(0,29) €	(106) \$	(0,53) €

DE

14.000.000

12.938

522.639,48

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

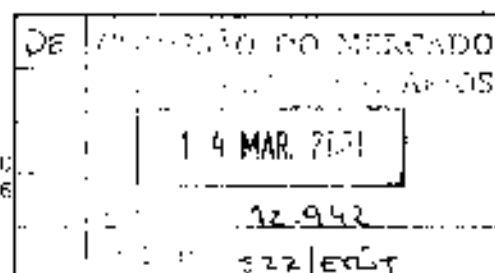
	2000		1999	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de clientes	1.627.770.871 \$	8.119.331.77 €	1.690.214.347 \$	8.430.753.67 €
Pagamentos a fornecedores	(778.356.345) \$	(3.832.425.08) €	(775.859.617) \$	(3.884.935.54) €
Pagamentos ao pessoal	(384.268.311) \$	(1.916.722.25) €	(381.176.738) \$	(1.916.265.49) €
Fluxo gerado pelas operações	465.155.215 \$	2.320.184.43 €	532.177.992 \$	2.629.552.59 €
Pag./Recob. do imposto s/ rendimento	(45.767.340) \$	(228.286.63) €	1.074.578 \$	(5.389.97) €
Outros receb./pagam. rel. à activ. oper.	(349.484.533) \$	(1.743.271.39) €	(410.081.783) \$	(2.046.371.12) €
Fluxo gerado pelas rubricas extraordinárias	66.893.042 \$	348.628.52 €	107.027.001 \$	533.821.60 €
Receb. recuperados com rubricas extraordinárias	10.012.883 \$	54.907.98 €	19.160.014 \$	95.672.74 €
Pagam. recuperados com rubricas extraordinárias	(62.006.730) \$	(309.288.27) €	(46.581.663) \$	(232.348.96) €
Fluxo das actividades operacionais (1)	20.899.495 \$	134.246.74 €	79.600.557 \$	397.045.80 €
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	50.353.183 \$	256.042.43 €	83.963.684 \$	416.809.09 €
Imobilizações corpóreas	6.114.880 \$	30.679.96 €	1.086.000 \$	5.387.02 €
Subsídios de investimento	- \$	- €	345.046 \$	1.721.08 €
Juros e proventos similares	170.584 \$	850.87 €	704.826 \$	3.814.94 €
Dividendos	- \$	- €	- \$	- €
Subtotal	75.598.647 \$	377.583.26 €	86.153.556 \$	426.732.12 €
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(64.001.827) \$	(323.729.45) €	(72.876.247) \$	(363.505.19) €
Imobilizações corpóreas	(27.772.671) \$	(138.629.60) €	(30.342.184) \$	(151.105.66) €
Imobilizações incorpóreas	- \$	- €	(208.105) \$	(1.042.03) €
Outros não específicos	- \$	- €	- \$	- €
Subtotal	(92.674.596) \$	(462.258.95) €	(123.476.919) \$	(615.650.88) €
Fluxo das actividades de investimento (2)	(16.975.951) \$	(84.675.69) €	(37.273.364) \$	(185.918.76) €
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	7.000.000 \$	34.915.85 €	13.000.000 \$	64.843.73 €
Outros não específicos	2.960.130 \$	14.915.85 €	- \$	- €
Subtotal	9.960.130 \$	34.915.85 €	13.000.000 \$	64.843.73 €
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	(45.074.800) \$	(224.832.15) €	(57.401.606) \$	(286.577.73) €
Juros e custos similares	(346.852) \$	(1.724.08) €	(1.523.535) \$	(7.590.96) €
Dividendos	- \$	- €	- \$	- €
Aquisição de acções (próprias) próprias	- \$	- €	- \$	- €
Outros não específicos	- \$	- €	- \$	- €
Subtotal	(45.921.652) \$	(226.556.23) €	(58.925.230) \$	(294.177.69) €
Fluxo das actividades de financiamento (3)	(35.961.522) \$	(191.640.38) €	(45.925.230) \$	(229.333.96) €
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(32.037.976) \$	(174.569.83) €	(3.858.047) \$	(19.246.24) €
Estado das alterações de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período	32.547.304 \$	162.345.27 €	36.205.346 \$	180.591.50 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	500.326 \$	(12.224.56) €	32.547.304 \$	162.345.27 €

DE

1.4.2000

12.937

522/2000



LITHO FORMAS PORTUGUESA – IMPRESSOS CONTÍNUOS E MÚLTIPLOS, S.A.

Certificação Legal das Contas e Relatório do Auditor Externo

INTRODUÇÃO

- Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2000 da **LITHO FORMAS PORTUGUESA – IMPRESSOS CONTÍNUOS E MÚLTIPLOS, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2000, (que evidencia um total de balanço de 1.358.584 contos e um total de capital próprio de 660.702 contos, incluindo um resultado líquido negativo de 29.392 contos), as Demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

- É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados; e
 - a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.



3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas no parágrafo 7 abaixo indicado, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5.
 - (a) O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
 - (b) O nosso exame não pôde abranger a verificação das previsões orçamentais constantes do Relatório de Gestão, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência, por não nos terem sido indicados os pressupostos ou critérios que suportam as estimativas indicadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião

RESERVAS

7. Restrições de âmbito

- (a) A Empresa não detém um sistema eficiente de custeio dos trabalhos em curso ao longo da sua execução, não procedendo também à sua contagem física para o respectivo controlo para efeitos de balanço. O nosso trabalho não pôde, assim, avaliar o sentido e valor do ajustamento eventualmente necessário da respectiva rubrica do balanço.
- (b) Em anos anteriores a Empresa recebeu do IAPMEI subsídios a fundo perdido, que mantém em Proventos diferidos, tendo o Projecto para que foram recebidos sido encerrado contabilisticamente em datas recentes, tendo sido ultimamente efectuada a auditoria do Projecto pelo IAPMEI a fim de o validar. Aguarda-se ainda o resultado desta auditoria.

Por outro lado devido ao Projecto ter sido só realizado em parte, existe o risco da devolução parcial dos subsídios. A Empresa informou-nos não lhe ser possível proceder a estimativas em relação a este assunto.

8. Em 1998, a Litho Formas & Drescher, Lda., participada em 50% pela Sociedade e em 50% pela DRFSCHER GmbH, suspendeu a actividade após a sócia alemã ter declarado falência. Em consequência, a Empresa, ainda em 1998, provisionou em 100% (14.451 contos) esta sua participação financeira, tendo ainda constituído uma segunda provisão (para riscos e encargos) de 20.627 contos, valor correspondente aos prejuízos estimados adicionais em 31 de Dezembro de 1998. Não ficaram, no entanto, provisionados os prejuízos emergentes derivados da existência de garantias prestadas pela LITHO FORMAS PORTUGUESA, SA a bancos credores da associada e estimados em cerca de 69.000 contos em 31 de Dezembro de 2000 (31/12/99: 67.000 contos).
9. A Empresa não contabiliza os efeitos fiscais das diferenças temporais relativas a impostos sobre os lucros, vulgarmente denominados "impostos diferidos". Em 31 de Dezembro de 2000 existem diferenças susceptíveis de justificar o reconhecimento contabilístico de impostos diferidos activos (fundamentados em prejuízos fiscais por utilizar e provisões fiscalmente não aceites) e impostos diferidos passivos (relacionados com a reavaliação do imobilizado), de valores brutos de 103.984 e 7.966 contos, respectivamente, (31/12/99 - 112.393 contos e 9.273 contos na mesma ordem). Em face da posição sensível em que a Empresa se encontra, de possível passagem de uma situação de prejuízos para uma de lucros, afigura-se-nos que 50% desses activos e a totalidade dos passivos podiam ser reconhecidos. O efeito líquido conjunto será, assim, de 44.026 contos, favorável à Empresa no fim de 2000 (em 31/12/99 teria sido de 46.924 contos também favorável à Empresa).

A redução de 2.898 contos no exercício, destes activos líquidos é justificada por uma utilização líquida de 138 contos e um efeito da redução da taxa do IRC de 2760 contos.



OPINIÃO

10. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas sub o parágrafo 7 acima e excepto quanto aos efeitos das situações indicadas nos parágrafos 8 e 9, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **LITHO FORMAS PORTUGUESA - IMPRESSOS CONTÍNUOS E MÚLTIPLOS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2000, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
11. Devido às limitações indicadas em 5 (b) acima, não podemos exprimir qual tipo de parecer sobre os valores das previsões orçamentais incluídos no Relatório de Gestão.

ÊNFASE

12. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para que nos últimos 4 exercícios foram incorridos prejuízos operacionais e líquidos de valor significativo

Lisboa, 7 de Março de 2001

Figueiredo & Neves, SROC (nº 77)

representada por

Paulo Guilherme Quartim Figueiredo da Silva (ROC nº 601)

ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL

Aos seis dias do mês de Abril de dois mil e um, pelas dez horas, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Litão Formas Portuguesa – Impressos Contínuos e Múltiplos, S.A., na sua sede social sita na Rua D. Nuno Álvares Pereira – Vale Figueira – 2695-748 S. João da Talha, com a seguinte Ordem de Trabalhos constante da convocatória de 05 de Abril de 2001.

1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício relativas a 2000;
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
3. Proceder à apreciação da administração e fiscalização da sociedade;
4. Deliberar sobre a remuneração dos Órgãos Sociais;
5. Tratar de outros assuntos de interesse da Sociedade.

Estiveram presentes e ou representados os accionistas do respectivo livro de presenças.

Presidiu aos trabalhos a Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Carla Sofia de Jesus Baptista, tendo o Dr. Carlos Botelho Moniz, Presidente da Mesa, justificado a impossibilidade de presidir à sessão por não se encontrar em Lisboa.

Aberta a sessão e entrando-se no ponto número um da Ordem de Trabalhos o Sr. Engº Klaus Saalfeld, presidente do Conselho de Administração, tocou oportunas considerações sobre o Relatório de Gestão e as contas do exercício em apreço e dos objectivos futuros, tendo respondido às questões que lhe foram colocadas pelos accionistas presentes.

Posto à votação o ponto número um da Ordem dos Trabalhos, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Tratou-se de seguida do ponto número dois da Ordem de Trabalhos, tendo sido posta a votação uma propsta do Conselho de Administração no sentido de serem levados à conta de Resultados Transilados, os prejuizos verificados no exercício, no montante de 29.392.149\$00 (vinte e nove milhões, trezentos e noventa e dois mil, cento e quarenta e nove escudos. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

No seguimento da Ordem de Trabalhos e levando em linha de conta as explicações e comentários do Sr. Engº Klaus Saalfeld na discussão do ponto número um, a Assembleia aprovou, por unanimidade a forma como a Administração conduziu a actividade da Sociedade no exercício de 2000.

Seguiu-se a análise do ponto número quatro da Ordem dos Trabalhos, tendo o Sr. Engº Nuno Pinheiro proposto que as remunerações dos membros do Conselho de Administração, não executivos, possam ser revistas até ao limite estabelecido na reunião anterior, no valor de trezentos mil escudos mensais. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Quanto ao ponto número cinco da Convocatória o Sr. Engº João Cabral informou a Assembleia que o Conselho de Administração deliberou proceder à aquisição de acções da Litão Formas, S.A. na Bolsa com vista a um desenvolvimento de uma política de participação dos quadros da Empresa no respectivo Capital Social. Com esse objectivo foram adquiridas as seguintes acções:

- | | |
|-------------------------|-----------------------|
| 11 de Janeiro de 2001 – | 40 acções a 2,95 € |
| 29 de Janeiro de 2001 – | 1.460 acções a 3,48 € |

Findando a aquisição de acções próprias submetida a autorização da Assembleia Geral, nos termos do artº 319º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração solicita à Assembleia que aprove esta política ratificando as aquisições já efectuadas e autorizando novas aquisições de acções próprias em valor inferior ao valor nominal e até ao limite máximo de 10% do Capital Social, conforme se dispõe no nº 2 do artº 317, e por um período de um ano.

Postos à votação os pedidos de ratificação das aquisições já efectuadas e de autorização de novas aquisições apresentadas pelo Conselho de Administração, foram os mesmos aprovados por unanimidade.

Antes de concluídos os trabalhos a Secretária da Assembleia, Carla Sofia Jesus Baptista propôs um voto de confiança à mesa para a elaboração da acta, considerando-se desde já aprovada. Esta proposta foi aceite por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar, a Secretária deu por encerrada a sessão, pelas onze horas.